

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA N°\_\_\_\_\_/2020 AO PROJETO DE LEI N°. 125/2020, CONTIDO NO PROCESSO 3239/2020, NA FORMA DO ART. 222, III DA RESOLUÇÃO N° 1.919/2014.

Modifica a Ementa, o art. 1° e seu parágrafo 3°, art. 2° e 3° e acrescenta o parágrafo 6° do art. 1° do Projeto de Lei n. 125/2020 em trâmite na Câmara Municipal de Vitória sob o Processo de n° 3239/2020.

Art. 1°. Modifica a Ementa, o art. 1° e seu parágrafo 3°, art. 2° e 3° e acrescenta o parágrafo 6° do art. 1°, que passará a ter a seguinte redação:

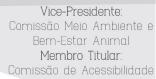
"Normatiza e regulamenta o uso excessivo de equipamento, aparelho ou aparato que produza som audível pelo lado externo, que perturbam o ecossistema da APA e o sossego público, em embarcações náuticas e moto aquática que estejam fundeadas em Áreas de Proteção Ambiental."

Art. 1. Fica proibida a utilização de som mecânico, eletrônico e instrumental, portátil ou fixo em



VereadorLuizEmanuelZouain







embarcações náuticas e moto aquática, que seja audível ao lado externo da embarcação, independentemente dos níveis de volume, intensidade ou pressão sonora.

§ 3º A SEMMAM, em caso de impossibilidade de aproximação do agente fiscalizador da embarcação para constatação presencial da infração, poderá, para identificação do infrator, utilizar-se de vídeos (arquivos de som e imagem) obtidos à distância a partir de câmeras de vídeo, celulares, filmadoras, máquinas fotográficas, drones etc, geradas pelo próprio agente de Fiscalização, pela Guarda Municipal ou pela Polícia Militar, a partir desses mesmos meios eletrônicos e, ainda, de sistemas públicos de vigilância.

§ 6° A proibição prevista nessa lei não se aplica a eventos náuticos, públicos ou privados, realizados com autorização das autoridades competentes.

Art. 2°. Na hipótese de descumprimento desta norma, sem prejuízo da aplicação das penalidades já previstas em legislação aplicável e no disposto no artigo 3° deste dispositivo, o Agente de Fiscalização acionará qualquer agente público conveniado com a SEMMAM que apreenderá provisoriamente o equipamento







gerador do som ou, na impossibilidade de sua desinstalação sem danos, a própria embarcação ou moto aquática.

Art. 3°. Caso se trate, por parte da embarcação, da primeira ocorrência de infração relativa às emissões sonoras, deverá se aplicar obrigatoriamente a sanção administrativa de advertência com prazo atendimento imediato, a partir da qual, em havendo persistência ou reincidência do ato infracional, deverá ser imediatamente imposta a multa prevista no Art. 140 da Lei n° 4.438, de 28 de maio de 1997 combinado com o Decreto Lei nº 10.023/97, a qual terá seu valor duplicado em caso de toda e qualquer nova reincidência da conduta de descumprimento desta lei a qualquer tempo, em quaisquer das hipóteses, prejuízo do disposto no artigo 2° deste dispositivo acerca da apreensão.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 29 julho de 2020.

## Luiz Emanuel Zouain da Rocha

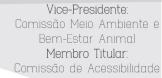
## Cidadania

Assinado eletronicamente de acordo com o "Câmara Verde"











## **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda torna-se indispensável para adequação do projeto de lei apresentado, uma vez que em diálogo com os impactados foi observado que para o melhor atendimento aos objetivos do projeto de lei tal medida fosse tomada.

Portanto, diante do exposto, solicito o apoio dos pares para a admissão desta proposição.

Palácio Attílio Vivácqua, 29 julho de 2020.

## Luiz Emanuel Zouain da Rocha Cidadania

Assinado eletronicamente de acordo com o "Câmara Verde"



VereadorLuizEmanuelZouain

